

COMENTÁRIO DA GESTÃO

JULHO 2026



Prezados (as) cotistas,

Em linha com nosso compromisso com nossos clientes e parceiros, além deste conteúdo mensal, criamos também um canal de notícias no whatsapp com conteúdo diário, onde vocês poderão acompanhar mais de perto nossas pesquisas, notícias e ideias. Para fazer parte do canal, clique no link: <https://whatsapp.com/channel/0029VbBDmsz90x2nmqDn960x>

Abaixo, o conteúdo elaborado pelo nosso Economista-Chefe, Igor Barenboim. Ao final da carta, trazemos também a visão da Gestão para os fundos da Reach.

Boa leitura!

■ QUANDO A TRÉGUA SE DESFAZ, O RISCO VOLTA RAPIDAMENTE AOS PREÇOS

1. Panorama Global e Geopolítica:

Julho marcou a ruptura do alívio geopolítico que havia dominado o fechamento de junho. O acordo de paz entre EUA/Israel e Irã, assinado em 17 de junho, não resistiu além das primeiras semanas: negociações sobre a gestão do Estreito de Ormuz entre Irã e Omã não avançaram, e a partir da terceira semana do mês as hostilidades foram retomadas, com trocas de ataques entre forças americanas e iranianas na região do Golfo, incluindo relatos de petroleiros impedidos de transitar ou forçados a mudar de rota. O Brent devolveu praticamente todo o alívio observado em junho: subiu cerca de 24% no mês, voltou a romper a marca psicológica de US\$ 100 em 23 de julho pela primeira vez desde o fim de maio, e encerrou o mês perto de US\$ 88, no maior ganho mensal da *commodity* desde março. O WTI (petróleo bruto americano) teve trajetória semelhante, com alta superior a 20% no mês.

Ao mesmo tempo, o *front* comercial entre Brasil e Estados Unidos voltou a se deteriorar. Após a conclusão da investigação da Seção 301 (Lei de Comércio) pelo Escritório de Representação Comercial dos EUA (USTR), o governo Trump confirmou no dia 15/07 uma nova tarifa de 25% sobre parte das importações brasileiras, seguida de uma sobretaxa adicional de 12,5% anunciada em 23/07 — ambas em vigor desde 24/07, somando um adicional efetivo próximo de 37,5% sobre os produtos não isentos. Carne, café e alguns outros itens agrícolas ficaram de fora da medida, mas calçados, têxteis, móveis, etanol e máquinas e equipamentos foram diretamente afetados, reacendendo a tensão comercial bilateral às vésperas da temporada eleitoral brasileira.

No campo da política monetária internacional fora dos EUA, o noticiário do mês foi mais ameno: o episódio de aperto do Banco Central Europeu em junho não teve sequência imediata, e o mercado global de juros passou a refletir principalmente a divisão interna do Federal Reserve e a reescalada no Oriente Médio, mais do que um novo capítulo da política monetária europeia.

Atualização (3/08): já no fechamento desta carta, o quadro geopolítico voltou a mudar. Trump anunciou no sábado (1º/08), via sua rede social Truth Social, que suspendeu um novo "ataque em grande escala" ao Irã depois de pedidos da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos, do Catar e do próprio Irã para dar mais tempo a um acordo que reabriria "imediate, completa e totalmente" o Estreito de Ormuz e endereçaria a questão nuclear iraniana. O Irã, por sua vez, negou nesta segunda-feira que haja negociações em curso — um padrão de idas e vindas que já se repete há cerca de cinco meses. Ainda assim, o simples anúncio do recuo derrubou o petróleo: o Brent caiu cerca de 5%-7% nesta segunda-feira,

para perto de US\$ 83-84, menor patamar em três semanas, devolvendo parte relevante da alta acumulada em julho. O episódio ilustra bem o tipo de volatilidade com que devemos conviver no curto prazo, tratamos com cautela tanto a hipótese de desescalada duradoura quanto a de nova escalada, dado o histórico recente de reversões abruptas.

2. Política Monetária Internacional (Federal Reserve)

A reunião de 28-29 de julho foi a segunda de Kevin Warsh à frente do Fed e resultou, mais uma vez, na manutenção da taxa básica em 3,50%-3,75%. A superfície da decisão pareceu rotineira, mas o pano de fundo não foi: três dos doze membros votantes do FOMC defenderam abertamente uma alta imediata de 25 bps, tornando esta uma das decisões mais divididas do Comitê em anos, após a unanimidade registrada em junho. Warsh manteve a postura de evitar o *forward guidance* (orientação futura) explícito, reiterando que o Fed dará mais peso às condições observadas do que a sinalizações antecipadas — um contraste com o tom relativamente mais *dovish* que havia adotado em sua primeira aparição de julho, quando afirmou que os riscos de inflação futura haviam diminuído.

A reação do mercado de juros foi de abertura da curva: a Treasury de 10 anos subiu para perto de 4,65%-4,70% no pós-decisão, atingindo no dia seguinte o maior patamar desde janeiro de 2025; a de 30 anos ultrapassou 5,19%, chegando a rondar 5,25% na sexta-feira seguinte, nível mais alto desde 2007. Já a de 2 anos recuou para perto de 4,24%, em movimento de achatamento da curva que reflete tanto a divisão do Comitê quanto dúvidas sobre a resiliência da atividade. Os futuros de Fed Funds passaram a precificar cerca de 61% de probabilidade de alta na reunião de setembro, ante uma leitura predominante de manutenção poucos dias antes da decisão.

Nossa leitura permanece parcialmente alinhada à do mês passado: Warsh segue comunicando de forma deliberadamente ambígua, evitando comprometer-se com qualquer direção. A diferença central é que, em julho, essa ambiguidade deixou de ser apenas uma característica da retórica do presidente e passou a refletir uma divisão real dentro do Comitê, o que eleva a incerteza para setembro e reduz a capacidade do mercado de antecipar o próximo passo com confiança.

3. Cenário Brasil - Política e Fiscal

Os dados fiscais de junho, divulgados pelo Banco Central no fim do mês, mostraram déficit primário do setor público consolidado de R\$ 55,3 bilhões, alta de 17,4% ante o mesmo mês de 2025; o governo central sozinho respondeu por R\$ 47,2 bilhões do resultado. A dívida bruta do governo geral avançou para 81,9% do PIB (ante 81,1% em maio), e o déficit nominal acumulado em 12 meses chegou a R\$ 1,3 trilhão, o equivalente a 10% do PIB, dos quais R\$ 1,2 trilhão referem-se a despesas com juros. Na direção oposta, o Prisma Fiscal (sistema que coleta mensalmente previsões dos analistas do mercado) e o Boletim Macrofiscal (relatório bimestral da Secretaria de Política Econômica brasileira) de julho trouxeram uma revisão marginalmente positiva: a mediana de mercado para o déficit primário de 2026 caiu de 0,44% para 0,43% do PIB, com leve elevação da expectativa de receita líquida.

O fato mais relevante do mês, porém, foi a mudança de tom nas pesquisas eleitorais. Após meses em que a rejeição a Flávio Bolsonaro se mostrava inferior à de Lula, as pesquisas divulgadas ao longo de julho (AtlasIntel/Bloomberg, Meio/Ideia, BTG/Nexus, Real Time Big Data e PoderData/Aya) mostraram o presidente Lula à frente do senador em todos os cenários testados, tanto no primeiro quanto no segundo turno, com vantagens que variam de cerca de 3 a 10 pontos percentuais a depender do instituto. É uma inflexão em relação ao quadro descrito em nossa carta anterior e um tema que deve seguir no radar do

mercado nos próximos meses, dado o peso que o resultado eleitoral de outubro tem sobre a percepção de risco fiscal.

Some-se a isso o tarifaço americano anunciado em julho, que impõe um novo fator de atrito às exportações brasileiras não commodities e tende a pressionar setores intensivos em mão de obra, ainda que sem afetar diretamente o agronegócio ou os fluxos de capital de curto prazo.

Atualização (3/08): a 8ª rodada da pesquisa BTG/Nexus, divulgada nesta segunda-feira (a primeira aferição após as convenções partidárias que oficializaram as candidaturas), mostrou reação de Flávio Bolsonaro. No primeiro turno, o senador saltou de 33% para 37%, enquanto Lula recuou de 42% para 41%, reduzindo a distância de 9 para 4 pontos percentuais — a menor desde abril e já dentro da margem de erro de 2 p.p., configurando empate técnico. No segundo turno, o quadro é ainda mais apertado: Lula caiu de 47% para 46% e Flávio avançou de 43% para 45%, deixando apenas 1 ponto percentual de diferença. Os dois candidatos também empataram na rejeição líquida, em 49% cada, e a aprovação do governo Lula (47% a 48%) segue em campo tecnicamente neutro. O movimento reforça a leitura de que a corrida eleitoral está longe de decidida e tende a se tornar o principal fator de volatilidade para ativos brasileiros nos próximos meses, contrapondo-se à narrativa de vantagem mais folgada de Lula que vinha se consolidando ao longo de julho.

4. Política Monetária Nacional (Copom/BCB)

Na ausência de reunião, o termômetro do mês foi o Boletim Focus, que revisou para baixo, pela terceira semana consecutiva, tanto a Selic esperada para o fim de 2026 (de 13,50% para 14,00%, ainda acima do reportado em nossa carta anterior, mas em trajetória de queda nas últimas semanas) quanto o IPCA projetado, que recuou para 5,16%, segunda queda semanal seguida. O mercado, portanto, segue vendo espaço para apenas mais um corte de 25 bps até dezembro, distribuído entre as quatro reuniões restantes. Com a Selic em 14,25% e inflação esperada de 5,16%, o juro real ex-ante brasileiro permanece perto de 9%, um dos mais altos do mundo e o principal sustentáculo do *carry trade* que vem segurando o real mesmo em meio à volatilidade externa.

5. Mercados e Preços de Ativos — Fechamento de Junho no Contexto do 1º Semestre

Ibovespa: O índice viveu dois momentos opostos em julho. Na primeira metade do mês, a proximidade do tarifaço americano e resultados fracos de bancos como o Itaú pressionaram o Ibovespa, que chegou a fechar em 173.325 pontos em 21/07 — 12,8% abaixo do recorde histórico de 198.657 pontos, de abril, ainda que com alta acumulada de 7,6% no ano. A partir da terceira semana, o índice se recuperou com força, sustentado pela temporada de balanços do 2º trimestre (com destaque para Vale e para a OPA do Santander Brasil) e por retomada de fluxo estrangeiro, mesmo com a reescalada do conflito Irã-EUA elevando o petróleo internacional. Fechou julho em 177.999 pontos (+0,47% no último pregão), com alta de 3,47% no mês, interrompendo sequência de quatro meses de perdas, e acumulando 10,47% de valorização em 2026.

Bolsa nos EUA: Julho quebrou uma sequência histórica: o S&P 500 vinha subindo em julho por onze anos consecutivos, mas fechou o mês com leve queda de cerca de 0,1%, enquanto o Nasdaq recuou 3,2% — pressionado pela venda em ações de semicondutores (Micron, Applied Materials e SanDisk caíram entre 4% e 8% após resultados fracos da SK Hynix) e pela abertura da curva de juros longa. O Dow Jones foi na contramão, com alta de 0,3% e quarto mês consecutivo de ganhos. A temporada de resultados trouxe divergências marcantes: a Amazon disparou cerca de 15% após superar expectativas de receita na nuvem,

enquanto a Apple recuou 7% ao decepcionar no guidance, a maior queda pós-resultados da empresa desde 2013.

O Russell 2000, protagonista do primeiro semestre com alta de cerca de 22% (o melhor desde 1991), perdeu força relativa ao longo de julho, ainda que continue no caminho do melhor ano para o índice desde 2003. As Mag7 seguem como o principal ponto de atenção: representam hoje cerca de 32,5% do S&P 500 em valor de mercado, mas continuam a ficar atrás do índice cheio no acumulado do ano, em meio a dúvidas renovadas sobre a monetização dos investimentos em capacidade de IA — o mesmo tema que já vínhamos monitorando em nossa carta anterior.

Câmbio: O USD/BRL abriu julho perto de R\$ 5,17 (nível de fechamento de junho), operou com volatilidade ao longo do mês em meio ao tarifaço americano e à incerteza em torno do Fed, e fechou o período em R\$ 5,07, depreciação de cerca de 1,8% da moeda americana ante o real no mês. O diferencial de juros seguiu sendo a principal âncora do real: Selic em 14,25% contra Fed Funds em 3,50%-3,75% continuam sustentando o *carry trade*, compensando parcialmente o vento contrário representado pelo dólar globalmente mais forte e pelas novas tarifas.

Renda Fixa: Nos EUA, a curva voltou a abrir de forma acentuada após a decisão dividida do FOMC: a Treasury de 10 anos chegou a superar 4,70% (maior nível desde janeiro de 2025) e a de 30 anos rondou 5,25% (maior nível desde 2007), enquanto a de 2 anos recuou para perto de 4,24%, um movimento de achatamento que reflete tanto o risco de alta em setembro quanto dúvidas sobre a atividade. No Brasil, a curva nominal seguiu resistente, mas as revisões consecutivas do Focus para Selic e IPCA sugerem um mercado marginalmente mais confortável do que em junho quanto à trajetória de curto prazo da inflação. Em termos reais, o país segue oferecendo um dos maiores prêmios do mundo.

6. Conclusão e Prognóstico

Para o que resta do terceiro trimestre, revisamos a favor de mais cautela a leitura de normalização geopolítica que tínhamos no mês passado: o conflito Irã-EUA mostrou que o acordo de junho era mais frágil do que o precificado, e o Estreito de Ormuz segue como fonte de risco de cauda para os preços de energia, o recuo de Trump anunciado no fim de semana e a forte queda do petróleo nesta segunda-feira são um alívio pontual bem-vindo, mas o padrão de idas e vindas dos últimos cinco meses recomenda não tratá-lo como definitivo. No *front* monetário americano, a divisão do FOMC em julho, com três dissidências a favor de alta, eleva a probabilidade de um aperto em setembro e reduz a visibilidade sobre o caminho do dólar e das taxas longas globais no curto prazo; continuamos vendo o Fed como estruturalmente mais *dovish* do que sua comunicação sugere, mas reconhecemos que essa leitura ficou menos confortável depois da reunião de julho.

No Brasil, o *carry trade* segue atrativo dado o diferencial de juros reais, mas o câmbio deve continuar volátil, tensionado pela combinação de fiscal ainda deficitário, tarifaço americano recém-imposto e eleição em curso. O quadro eleitoral, que ao longo de julho parecia caminhar para uma vantagem mais folgada de Lula, voltou a se apertar com a pesquisa BTG/Nexus divulgada hoje, que colocou Lula e Flávio Bolsonaro em empate técnico tanto no primeiro quanto no segundo turno, reforçando nossa visão de que a disputa eleitoral seguirá como fonte primária de ruído para o prêmio de risco brasileiro até outubro, em vez de se acomodar cedo. Na bolsa local, mantemos viés cauteloso, mas reconhecemos que o Ibovespa mostrou resiliência ao superar a correção de meados de julho e voltar às máximas do ano, apoiado pela safra de balanços do 2º trimestre; a decisão do Copom de 4-5 de agosto será o próximo catalisador relevante a observar. Nos EUA, a divergência entre semicondutores/Mag7 e o restante do mercado, somada à quebra da sequência histórica de julgos positivos do S&P 500, reforça a necessidade de acompanhar de perto a temporada de resultados de tecnologia e o desfecho da reunião de setembro do Fed.

Como oportunidade tática, mantemos o crédito privado doméstico em destaque: as concessões seguem em expansão mesmo com juros elevados, sem sinais relevantes de deterioração na inadimplência. Como riscos centrais para o restante do semestre, destacamos: (i) o binômio fiscal-eleitoral brasileiro, agora com um quadro eleitoral tecnicamente empatado e mais fluido do que parecia há poucos dias; (ii) o novo tarifação americano e seus efeitos sobre setores exportadores específicos; (iii) a divisão interna do Fed e o risco de uma alta de juros em setembro; e (iv) a sustentabilidade do fluxo de petróleo pelo Estreito de Ormuz, tema que oscilou entre escalada e alívio pelo menos três vezes nos últimos dois meses e segue como o principal risco de cauda para o cenário de inflação global.

▪ COMENTÁRIOS DOS GESTORES

REACH TOTAL RETURN

Em julho, o Reach Total Return performou abaixo do seu benchmark e, assim como no Reach FIA, foi afetado principalmente pelo book de ações Brasil, tendo Copasa, Nubank e Gerdau como destaques positivos, e Orizon, Três Tentos e Localiza impactando negativamente. Com a proximidade às eleições presidenciais e a deterioração da situação fiscal do país, o que torna a decisão de alocação especialmente mais complexa – dado a característica binária que tais eventos políticos causam na precificação dos ativos locais, especialmente na trajetória dos juros brasileiros e nas ações locais. Entre as proteções da carteira, estamos posicionados no mercado de câmbio através de proteções em opções compradas em dólar contra real, compradas no cupom cambial e nos juros americanos de 10 anos, dado o cenário de desvalorização de moedas de países desenvolvidos (como o yen japonês) e o posicionamento técnico ruim para a queda das taxas de juros longas americanas.

Ao longo do mês, revisamos papéis relacionados ao petróleo e varejo e seguimos ampliando a alocação no setor financeiro e de utilidades públicas, montando posições táticas em uma distribuidora de energia e três posições de long/short nos setores de geração de energia, financeiro e de locação de veículos. Diminuímos o tamanho dos investimentos em uma geradora de energia, uma empresa do setor agro e outra de serviços financeiros pela expectativa de piora dos resultados de curto-médio prazo.

REACH FIA

Neste mês, o Reach FIA rendeu abaixo do benchmark, após um mês de retomada das tensões no conflito entre Estados Unidos e Irã e maior aversão ao risco com mercados emergentes. Como principais destaques positivos, Copasa segue sendo uma importante contribuidora de performance para o fundo, com as primeiras sinalizações da agenda de eficiência a ser implementada na companhia privatizada e renovação dos contratos de saneamento com Betim e Contagem, municípios que representam 9% da receita da companhia; além de Nubank, cujos resultados operacionais consistentes. Do lado negativo, a Orizon foi a principal detratora da performance. Apesar da conclusão da incorporação da Vital Ambiental, o mercado penalizou a ação pela expectativa de um resultado do 2º trimestre levemente mais fraco, os quais entendemos por motivos não recorrentes. Na nossa visão, os resultados do restante do ano estão encaminhados para entregarem forte crescimento orgânico da empresa consolidada, que tendem a tornar a Orizon uma das principais vencedoras do setor de gestão de resíduos do país.

REACH GLOBAL

Julho foi um mês difícil para o fundo: a cota caiu 10,31%, contra -1,82% do MSCI ACWI e -1,95% do S&P 500 em reais. Investimos na tese de inteligência artificial desde o lançamento do ChatGPT, convictos de que é a principal revolução tecnológica das nossas carreiras. O fundo carregava cerca de 50% de exposição ao tema, e em julho vimos uma forte correção nesse grupo: o ETF de semicondutores (SOXX)

chegou a cair quase 30% entre o pico de 22 de junho e 29 de julho, enquanto o S&P 500 recuou cerca de 2% no mesmo intervalo, explicando o desempenho ruim do fundo. O tema vinha de uma alta muito forte e concentrada, o que amplificou o movimento de queda, incluindo vendas forçadas de fundos alavancados, num mês de menor liquidez. Em nossa opinião não é uma bolha de *valuation*: desde o pico de 22 de junho, mesmo com os preços caindo, o lucro projetado para essas companhias subiu e as ações ficaram mais baratas, não mais caras. O Reach Global opera com controle de risco objetivo e segue com as regras de alocação de acordo com o seu processo de investimento. Ao longo de julho reduzimos em cerca de metade a exposição a IA e elevamos posições defensivas e proxies de mercado. Entendemos que apenas voltaremos a aumentar diante de uma retomada consistente de performance.

REACH SMALL CAPS

Em julho, o fundo rendeu abaixo do Ibovespa, motivado pelo desempenho aquém do esperado para as Small Caps. Os destaques positivos foram Cruzeiro do Sul, impulsionada pela expectativa de um bom resultado no 2T após um 1T poluído por efeitos não recorrentes, e Randon, que recuperou parcialmente a queda acumulada no ano. Após o fechamento do último pregão do mês, o controlador fez uma oferta pelas ações ON da companhia, movimento que demonstra confiança na tese e reforça o alinhamento com os minoritários.

Na ponta negativa, Blau vem sofrendo com a frustração pelo atraso na liberação das novas plantas e com o aumento da régua de concessão de crédito diante do receio de inadimplência, fatores que pesaram sobre as expectativas de curto prazo. Orizon, por sua vez, caiu com um resultado de 2T impactado por efeitos não recorrentes que, na nossa visão, não alteram os fundamentos da tese.

REACH HIGH GRADE

Em julho de 2026, a carteira do Reach High Grade apresentou estabilidade, com fechamento médio de spreads de 1 bp no período.

A maior parte dos ativos apresentou fechamento de spreads, destacando-se positivamente a debênture da Aegea (AEGP19), com fechamento de 76 bps. Na direção contrária, o principal destaque negativo foi a debênture da Ânima (ANIM17), com abertura de 92 bps no mês. Essa abertura refletiu a aquisição da FMU pela Ânima, realizada a múltiplos considerados caros pelo mercado — movimento que piora a alavancagem de curto prazo e gera dúvidas sobre a motivação da operação. Ainda assim, nossa leitura é de que a alavancagem permanecerá em níveis administráveis e que a empresa deve retomar a trajetória de desalavancagem após esse aumento pontual.

A guerra entre Estados Unidos e Irã continua gerando volatilidade nos preços do petróleo e nas taxas de juros globais. Adicionalmente, o cenário político e econômico brasileiro permanece complexo, sem sinais, até o momento, de que os problemas fiscais do país serão endereçados no próximo mandato presidencial. Diante disso, mantemos uma postura cautelosa nas alocações, priorizando emissões curtas em setores estáveis (como bancário e energia elétrica), ao mesmo tempo em que buscamos spreads mais atrativos em cotas seniores de FIDC. Nos próximos meses, esperamos ampliar gradualmente a exposição a FIDCs, o que deve contribuir para elevar o carregamento médio da carteira, atualmente em CDI + 1,26% a.a.

REACH CRÉDITO ESTRUTURADO

Ao final de junho de 2026, a carteira do Reach Crédito Estruturado apresentava carregamento bruto de CDI + 3,9% a.a. e *duration* de 1,7 anos, ambos relativamente estáveis em relação ao mês anterior. O nível de caixa também se manteve estável, em cerca de 9% do PL.

O fundo é composto por 30 FIDCs, com alocação majoritária em cotas seniores e boa diversificação entre diferentes tipos de lastro. As duas principais classes de ativos são Multi-cedente/Multi-sacado, com

23% do portfólio, e Consignado Público, com 15%. Nos próximos meses, esperamos adicionar novos ativos de forma gradual, com o objetivo de atingir aproximadamente 40 FIDCs.

Na alocação por tipo de cota, a parcela mezanino recuou marginalmente de 16,9% para 16,1%, em razão do pré-pagamento de uma das cotas. Ainda assim, esperamos elevar a participação de cotas mezanino para cerca de 20% da carteira, de forma a capturar prêmio adicional em estruturas cujas garantias e histórico de inadimplência já foram validados pelo processo de *due diligence* proprietário da Reach Capital.

■ RENTABILIDADES

Fundo	jul/26	2026	12 Meses	Desde o início	Início	Categoria
REACH TOTAL RETURN	-2,6%	-8,6%	11,8%	308,4%	29/12/2016	RENDA VARIÁVEL
Diferencial IMA-B	-3,6%	-13,7%	1,6%	172,4%		
REACH FIA	-0,9%	-4,8%	13,5%	271,5%	01/12/2014	RENDA VARIÁVEL
Diferencial Ibovespa	-4,4%	-15,3%	-20,3%	31,0%		
REACH SMALL CAPS	-0,3%	-2,3%	10,6%	18,1%	09/04/2024	RENDA VARIÁVEL
Diferencial Ibovespa	-3,7%	-12,8%	-23,2%	-19,0%		
REACH GLOBAL	-10,3%	-3,2%	-2,6%	12,7%	25/03/2025	RENDA VARIÁVEL
Diferencial MSCI ACWI	-8,5%	-5,3%	-11,8%	-4,3%		
REACH TR XP SEG PREV	-1,8%	-3,6%	17,1%	46,6%	26/04/2023	PREVIDÊNCIA
Diferencial IMA-B	-2,8%	-8,7%	6,9%	19,7%		
REACH PREV MODERADO FIM	-0,6%	-3,0%	7,8%	48,5%	13/06/2019	PREVIDÊNCIA
% CDI	-49,4%	-36,5%	53,0%	52,4%		
REACH HIGH GRADE	1,3%	8,3%	15,1%	15,3%	28/07/2025	CRÉDITO
% CDI	103,8%	102,4%	102,5%	102,4%		
REACH CRÉDITO ESTRUTURADO	1,4%	9,5%	16,9%	17,4%	21/07/2025	CRÉDITO
% CDI	115,8%	116,1%	115,0%	114,6%		

Índices	jul/26	2026	12 Meses
CDI	1,2%	8,1%	14,7%
Ibovespa	3,5%	10,5%	33,8%
IMA-B	1,0%	5,1%	10,2%
MSCI ACWI	-1,8%	2,0%	9,2%

DISCLAIMER: Este material tem caráter exclusivamente informativo e tem como objetivo apresentar comentários sobre o mercado e os principais fundos sob administração da Reach Capital Investimentos S.A. ("Reach Capital"). As informações aqui contidas foram obtidas de fontes consideradas confiáveis e refletem a opinião da Reach Capital na data de sua elaboração, podendo ser alteradas sem aviso prévio. Este material não constitui oferta de venda ou solicitação de compra de cotas de fundos de investimento ou de qualquer outro ativo. As opiniões e estimativas apresentadas refletem exclusivamente a visão da gestora na data de sua elaboração e não apresentam promessa ou garantia de rentabilidade. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos e a rentabilidade passada não representa garantia de resultados futuros. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito - FGC. É recomendada a leitura cuidadosa do regulamento e da lâmina de informações essenciais antes de investir. Esses documentos podem ser obtidos na seção de informação aos cotistas no site do administrador dos fundos (<https://www.btgpactual.com/>; <https://servicosfinanceiros.bnymellon.com/>; e <https://www.daycoval.com.br/>). Para avaliação da performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de um período mínimo de 12 (doze) meses. Fundos multimercado e estratégias que utilizam derivativos podem incorrer em perdas superiores ao capital investido. Fundos de ações podem estar expostos a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. Fundos globais podem estar sujeitos à variação cambial. Fundos de previdência seguem regras específicas e não garantem benefício futuro. Fundos de crédito privado podem estar sujeitos a riscos de liquidez e de crédito dos emissores. A Reach Capital não se responsabiliza por erros, omissões ou imprecisões no conteúdo das informações divulgadas, nem por decisões de investimentos tomadas com base neste material. Este documento não substitui a lâmina de informações essenciais, tampouco constitui demonstração de desempenho. Para confirmação de informações, entre em contato com a Reach Capital.

